

O curto governo Lula

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 19.06.05

*Dá para consertar o malfeito?
Sem dúvida. Mas o fato objetivo é
que o governo perdeu
legitimidade política*

Há cerca de um mês eu dizia nesta **Folha** que o governo já não governava, mas que o Estado continuava a funcionar normalmente. Hoje, o quadro é o mesmo, mas, como a crise política se aprofundou com o escândalo do "mensalão", a paralisação do governo é definitiva e se tornou claro que o governo Lula terminou. Foi um curto governo, que no seu breve período frustrou esperanças e realizou pouco. As perspectivas de uma "volta por cima" são mínimas e o melhor que podemos esperar é que termine formalmente daqui a 18 meses sem maiores traumas.

As razões imediatas do fracasso estão relacionadas com a forma pela qual o governo se confundiu com o PT e como ambos decidiram conseguir maioria no Congresso por meio de dois métodos nunca vistos em nossa história: um deles beneficiando deputados do PTB, e o outro, do PP e do PL.

Não há dúvida de que o sistema eleitoral, com voto proporcional, impede a formação de maiorias parlamentares. Todos os governos recentes sofreram com essa irracionalidade que caracteriza o sistema político brasileiro e que só poderá ser resolvida com o sistema de voto distrital misto combinado com fidelidade partidária e financiamento público de campanhas. Sem reforma, os governos anteriores tiveram de fazer concessões aos parlamentares dos partidos aliados. Mas jamais da maneira como ocorreu desta vez, por meio de uma mensalidade por fora. O que se fazia era controlar as emendas dos parlamentares e reservar alguns cargos.

O presidente Fernando Henrique, por exemplo, jamais confundiu seu governo com o PSDB e em nenhum momento sugeriu que seu tesoureiro operasse politicamente no governo. O presidente mal via a lista de doadores, para os quais era deixado claro que a doação não implicava nenhuma troca nem novas doações depois do pleito. Nada a ver com as práticas do atual governo.

Dá para consertar o malfeito? Sem dúvida, é possível e necessário demitir os responsáveis ou afastar os que estão sob suspeição, como já começou a ser feito. Mas o fato objetivo é que a atual onda de escândalos apenas consumou um fato: o governo

perdeu sua base social de sustentação e, com isso, perdeu legitimidade política. O presidente Lula foi eleito com o apoio do povo e também de grande parte dos empresários industriais e da burocracia do Estado. Contra ele, tinha a classe média de pequenos proprietários, os rentistas e o sistema financeiro.

Entretanto, a partir de um ato de radical oportunismo -a "Carta aos Brasileiros"-, o PT rompeu com todos os compromissos que havia feito com esses dois setores fundamentais da sociedade brasileira. Eles se sentiram traídos: a burocracia do Estado porque o governo ocupou com militantes do PT uma quantidade inimaginável de cargos públicos a ela reservados; os empresários do setor produtivo porque a política econômica manteve as taxas de juros abusivas e permitiu que o câmbio voltasse a se valorizar.

E o povo? Não é possível enganá-lo todo o tempo. As pesquisas já estão indicando o início de sua deserção do governo. O processo é lento, mas inexorável. A política econômica não levou, como não poderia ter levado, à retomada sustentada do emprego e do desenvolvimento. Assim, os salários diretos mantiveram-se estagnados. A política social, por sua vez, sem recursos (já que estes estavam dedicados ao pagamento de juros) e sem idéias claras de como agir, não foi capaz de aumentar os salários indiretos. Agora, esse povo está vendo, no rádio e na televisão, a crise moral do governo e sua desorientação.

Quando um governo perde sua base social de apoio, perde legitimidade real. Continua com a legitimidade formal, que deverá ser suficiente para que termine normalmente no final de 2006, mas que não é suficiente para que de fato governe. Poderá, entretanto, reduzir as perdas se reconhecer a gravidade da situação e reconhecer os erros; se agir com serenidade e voltar a respeitar as regras do jogo político, que deixou de seguir desde as eleições para a presidência da Câmara Municipal de São Paulo.

A economia, prejudicada pelos juros altos -favorecendo os rentistas- e pelo câmbio baixo -beneficiando os competidores internacionais- já se encontrava em desaceleração e deverá se desacelerar ainda mais com o aumento da insegurança.

É verdade que o governo continua comprometido com o ajuste fiscal e com o respeito aos contratos, mas isso não significa que "a única âncora em que o governo pode ainda se apoiar está no Ministério da Fazenda", como é comum ouvir. Essa é uma pobre âncora. Primeiro, porque a disciplina fiscal é o mínimo que se pode esperar de qualquer administração das finanças públicas. Segundo, porque, no fundo, a origem da crise está na infidelidade do governo ao que prometeu mudar na política econômica.

A âncora que resta ao governo é a democracia brasileira, garantida pela sociedade e pela Constituição -uma democracia que está sendo abalada pela crise, mas que é forte o suficiente para resistir a ela. Foi a democracia que o governo Lula desrespeitou ao

fazer acordos inaceitáveis no Parlamento e na economia, mas é a própria democracia que poderá apontar para as saídas da crise.